



**“Questão Social, Pandemia e Serviço Social:
em defesa da vida e de uma educação emancipadora”**

Eixo temático: Classes sociais, geração e Serviço Social
Sub-eixo: Juventude

**SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DA JUVENTUDE TRABALHADORA
NO BRASIL NA ATUALIDADE.
DEPENDENT CAPITALISM AND OVEREXPLOITATION OF THE YOUTH LABOR
FORCE IN THE CURRENTITY.**

MÔNICA PAULINO DE LANES ¹

RESUMO

Analisa o capitalismo dependente na atualidade, partindo da Teoria Marxista da Dependência, identificando os impactos para a juventude da classe trabalhadora no Brasil, tendo como principal mediação a categoria superexploração da força de trabalho em Marini. Para isso, realizamos pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados evidenciam que assim como o subdesenvolvimento das economias dependentes desempenha papel essencial para o desenvolvimento do capitalismo global, a juventude da classe trabalhadora também desempenha papel fundamental no processo de reprodução do capital, submetendo-os a condições de trabalho precárias, reforçando o lugar do jovem trabalhador como parte importante do exército industrial de reserva na atualidade.

PALAVRAS CHAVE: Capitalismo Dependente. Exército Industrial de Reserva. Superexploração da Força de Trabalho. Juventude.

ABSTRACT

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Espírito Santo

The article analyzes Dependent Capitalism today, starting from the contributions of the Marxist Theory of Dependence (MTD), identifying the impacts to the working youth in Brazil, having as main mediation the category of overexploitation of the workforce in Marini. In order to do this, we conducted bibliographical research and data related to youth. The results of the research show that just as the underdevelopment of peripheral economies plays an essential role in the development of global capitalism, working-class youth also play a fundamental role in the process of capital reproduction, subjecting them to degrading and precarious working conditions, reinforcing the place of the young worker as an important part of the industrial reserve army today.

KEY WORDS: Dependent Capitalism. Industrial Reserve Army. Overexploitation of the Workforce. Youth.

1. INTRODUÇÃO

Os últimos anos têm sido uma sequência de derrotas para a classe trabalhadora, especialmente para a juventude: de acordo com as estatísticas oficiais, em 2018, o desemprego entre os jovens foi superior ao dobro da taxa geral, chegando a 26.6%, enquanto a taxa geral foi de 12.4%². O número de homicídios dos jovens, especialmente os jovens negros e das periferias, tem aumentado de forma assustadora – em 20 anos, os assassinatos de jovens negros aumentou 429%³. Além disso, também cresce o projeto de encarceramento dos jovens, especialmente o jovem negro – em 2017, em torno de 55% da população carcerária era composta por jovens de 18 a 29 anos⁴. Mas, qual a razão para os altos índices de desemprego entre os jovens? Em que medida esses fenômenos se

2 Notícia de 17/08/2018, disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/17/desemprego-entre-os-jovens-e-superior-ao-dobro-da-taxa-geral-aponta-ibge.ghtml>

3 Notícia de 17/04/2019, disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/assassinatos-de-jovens-negros-no-brasil-aumentam-429-em-20-anos/>

4 Dados disponíveis em: <http://www.politize.com.br/populacao-carceraria-brasileira-perfil/>

relacionam com a reprodução do capital no Brasil?

O artigo busca justamente uma aproximação às respostas para essas questões. Para tal analisamos os impactos da reprodução do capitalismo dependente brasileiro para a juventude da classe trabalhadora na atualidade, tendo como umas das principais mediações a categoria superexploração da força de trabalho em Marini. Nossa tese é de que, assim como o subdesenvolvimento das economias dependentes é parte fundamental do processo global de desenvolvimento do capitalismo, a juventude também desempenha um papel importante no processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Para atender ao objetivo, debateremos sobre o capitalismo dependente na atualidade, partindo das análises da Teoria Marxista da Dependência (TMD)⁵ e analisaremos os mecanismos da superexploração da força de trabalho e sua relação com a juventude da classe trabalhadora brasileira, através de dados pertinentes ao segmento populacional. Realizamos pesquisa bibliográfica e documental.

2. CAPITALISMO DEPENDENTE NA ATUALIDADE

O ponto de partida nesta análise é apontar o nosso entendimento sobre o capitalismo dependente. Partimos do entendimento de Marini (2011) de que a dependência expressa uma situação em que a economia dependente se encontra subordinada às economias centrais⁶, de modo que essas últimas podem expandir de forma autossustentada. Já às economias dependentes só restaria o reflexo dessa expansão, sendo restringida pela condição dependente. Uma das principais características da economia dependente é que uma parte do valor produzido em seu interior não é apropriado nela (pelos capitalistas dessas economias), mas nas economias centrais, por meio das transferências de valor (MARINI, 2011a; 2011b). Para compensar a mais-valia produzida nas economias dependentes e transferidas às economias centrais o capitalista lança mão de uma maior

⁵Para a TMD, há um movimento do capital que é regido por leis gerais e outro particular que, sem negar as leis gerais, apresenta leis específicas que redefinem o modo de expressão dessas leis gerais, condicionando o processo de reprodução do capital. A TMD elabora novos conceitos que, embora subsumidos às categorias de Marx, estão associados ao funcionamento do capitalismo dependente (FILGUEIRAS, 2018).

⁶ Como afirma André Gunder Frank (1967), trata-se do desenvolvimento do subdesenvolvimento, expressando, assim, que o subdesenvolvimento não é um erro, ou falta de desenvolvimento, mas é parte de um projeto, do próprio processo de produção e desenvolvimento capitalista.

exploração da força de trabalho, seja através do aumento de sua intensidade, da prolongação da jornada de trabalho, ou combinando os dois procedimentos (MARINI, 2011 a, p. 146). Essa maior exploração da força de trabalho é a categoria superexploração da força de trabalho, que é apresentada por Marini como sendo característica estrutural demarcadora da condição dependente das economias periféricas. Assim, a tendência no capitalismo dependente será a de explorar ao máximo a força de trabalho, sem se preocupar em criar condições para sua reposição⁷, sempre contando com a possibilidade de substituição de novos braços no processo produtivo.

Essas duas categorias – transferências de valor e superexploração da força de trabalho – são essenciais no pensamento de Marini, especialmente em sua relação dialética, para entendermos a realidade latino-americana⁸. Importante dizer que além dessas duas o autor também desenvolve as categorias de subimperialismo e cisão no ciclo de reprodução do capital, que por questões de espaço não desenvolveremos neste artigo. Bem como também não poderemos aprofundar aqui, apenas apontaremos, que o caminho percorrido por Marini foi o de relacionar o debate sobre a dependência ao debate do Imperialismo em Lênin, pois essa fase do capitalismo apresenta características que demarcam particularidades da divisão internacional do trabalho e uma organização particular do capitalismo nas economias dependentes. O processo descrito por Lenin (2008), se materializa nos países latino-americanos em transformações substanciais, que se orientam pela utilização dos recursos das empresas estrangeiras, especialmente as estadunidenses, no setor manufatureiro desses países (BAMBIRRA, 1974)⁹. A TMD, tal como as teorias do

7 Dentro da perspectiva marxiana, como veremos ao longo desse trabalho, as relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho pressupõem as condições para reposição dela. Por essa razão, Marx (2013), no capítulo XXIII faz uma comparação da venda da força de trabalho com o mito de Prometeu. Segundo a mitologia, Prometeu foi condenado por Zeus a ficar acorrentado a uma rocha no Cáucaso em que todos os dias uma águia dilacerava o seu fígado. No entanto, por ser imortal, todos as noites o seu fígado se regenerava, o ciclo se reiniciava todos os dias e sua tormenta não tinha fim. Assim é também com a venda da força de trabalho nas economias centrais. No caso das economias dependentes, nem sempre Prometeu é imortal, nem sempre há condições para a sua devida regeneração.

8 Importante lembrar que o objetivo de Marx em *O Capital* é analisar o funcionamento da economia capitalista, em um nível de abstração mais elevado, não se detendo nas distintas especificidades reais (CARCANHOLO, 2013b). Já a proposta da Teoria Marxista da Dependência (TMD) é justamente pensar o modo de produção capitalista dentro da especificidade das distintas formas de inserção dentro da acumulação capitalista, pensando o centro e a periferia, tomando como pressuposto as leis gerais, mas buscando capturá-las no real. Para os teóricos da TMD há um movimento do capital que é regido por leis gerais e há um movimento particular que, sem negar as leis gerais, apresenta leis específicas que redefinem o modo de expressão dessas leis gerais, condicionando o processo de reprodução do capital. Ao questionar quais são as particularidades do capitalismo dependente, a TMD explicita os distintos níveis de abstração para tratar de um tema determinado, e explicita também o próprio movimento metodológico realizado por Marx na construção de sua teoria (CARCANHOLO, 2017).

9 A base material e o sentido no qual se orienta a industrialização na América Latina são dados pelo capitalismo estrangeiro. Ou seja, é a divisão internacional do trabalho que determinará o sentido do desenvolvimento

imperialismo, identifica o sistema capitalista como uma ordem hierárquica em que a minoria dos países – as economias centrais – condiciona e subordina as demais economias.

Feitas as breves considerações iniciais sobre nosso entendimento acerca do capitalismo dependente, possíveis neste espaço, passaremos ao debate sobre o capitalismo dependente na atualidade. A crise dos anos 1960 e 1970 marca a entrada na terceira fase do capitalismo monopolista, quando o capital busca estratégias para enfrentá-la. Tais estratégias fundamentam as bases do capitalismo contemporâneo, que tem como características fundamentais: a reestruturação produtiva, a ideologia neoliberal, a financeirização do capital¹⁰, com a extraordinária ampliação do capital fictício¹¹ (CARCANHOLO, 2011). Contudo, apesar de ser um desdobramento dessa, a crise atual (mundializada, global e sistêmica) tem particularidades, configurando-se em uma crise de superprodução de capital com elevada participação do capital fictício (HERRERA, 2015).

Uma das consequências das crises recentes é a desvalorização do capital (superacumulado na fase anterior), que pode acontecer pela destruição ou pela ociosidade de uma parte desse capital, implicando em quebra de grande parte das instituições financeiras. Entretanto, tais resultados não fazem parte das possibilidades no capitalismo contemporâneo, que se utiliza de três elementos principais: 1) aumentar a taxa de mais-valia para adequar o mais-valor ao montante de títulos desse período, uma vez que uma das características do capital fictício é a apropriação do mais-valor ainda não produzido; 2) ampliar a reforma do Estado gerando novos espaços para a valorização do capital; 3) fornecimento de liquidez – monetização – dando estabilidade aos mercados financeiros via destinação de parte do orçamento do Estado, que pode ocorrer pela redução dos gastos públicos e/ou do lançamento de títulos públicos adicionais no mercado, elevando a dívida pública (CARCANHOLO, 2011).

posterior da região, configurando a dependência. Lembrando que, para Marini (2011, p. 134-135), a dependência é “[...] entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”.

10Para aprofundar os debates consultar: Netto; Braz (2006).

11O capital fictício é um desdobramento do capital comércio de dinheiro em capital a juros, esse processo é parte da autonomização das formas funcionais do capital. Como lembram Carcanholo; Sabadini (2015), ele nasce como consequência da generalização do capital a juros, porém, é resultado de uma ilusão social, já que por detrás dele não existe substância real. Contudo, é um equívoco defini-lo apenas como não-real. Ele é real e não é ao mesmo tempo. Do ponto de vista individual é capital real, do ponto de vista da totalidade, do capital global, é capital fictício. Para aprofundar o debate: Carcanholo; Sabadini (2015) e Netto; Braz (2006).

Assim, o capitalismo contemporâneo, sob a estratégia neoliberal, aprofunda a dependência¹² justamente por amplificar a articulação dialética dos condicionantes estruturais e conjunturais das economias dependentes. Estruturalmente, os mecanismos de transferência de valor¹³ dessas economias são acentuados para reverter os problemas de valorização das economias centrais. Conjunturalmente, as economias dependentes, frente ao crescimento da economia mundial e do ciclo de crédito internacional, respondem de forma mais intensa e rápida aos ciclos da economia mundial. Nesse processo, três aspectos se destacam: transnacionalização, desindustrialização e reprimarização das economias dependentes (CARCANHOLO, 2017).

No período entre 2001 e 2007 o cenário internacional é extremamente favorável. Algumas economias inclusive puderam exportar mais e com preços das *commodities* mais elevadas, em função do considerável crescimento das economias que aumentaram sua participação nas taxas de exportação, fato que permitiu implementar uma política de conciliação de classes com o aumento das políticas sociais que minimizem os efeitos da superexploração. Mas esse quadro positivo foi interrompido em função da grave crise estrutural do capitalismo de 2007/2008. Assim, o cenário internacional que foi favorável às economias periféricas até meados de 2007 foi revertido com a mais recente crise do capital, agravando não só aspectos conjunturais, mas também os determinantes estruturais. A superacumulação do capital fictício cria a necessidade de aumentar fortemente a produção de valor, o que requisita aumentar exponencialmente a exploração da força de trabalho mundialmente, e da superexploração da força de trabalho nas economias dependentes (CARCANHOLO, 2017).

Filgueiras (2018) afirma que, após o golpe de 2016, o processo de desestruturação da engenharia nacional – a abertura das áreas do pré-sal ao capital estrangeiro, a modificação do regime de exploração, e o desmonte da cadeia produtiva do petróleo, com a

12 A dependência expressa uma situação em que a economia dependente se encontra subordinada às economias centrais, de modo que essas podem expandir de forma autossustentada, já às economias dependentes só restariam o reflexo dessa expansão, restringida pela condição dependente. Uma das principais características da economia dependente é que uma parte do valor produzido nela não é apropriado por ela, mas, nas economias centrais, através das transferências de valor (MARINI, 2011).

13 A transferência de valor é categoria importante para a TMD e se relaciona diretamente com os níveis de produtividade do trabalho. Não poderemos aprofundar o debate e apresentar os níveis de abstração que Marini aborda a categoria, mas é necessário dizer que, como a economia dependente costuma ter composição orgânica do capital mais baixa, ela tende a produzir mais-valor do que consegue se apropriar, transferindo parte desse mais-valor para os capitalistas das economias centrais através da diferença de produtividade do trabalho no comércio mundial.

extinção da política de conteúdo nacional –, fragilizou ainda mais a capacidade do país em gerar conhecimento técnico. Do ponto de vista estrutural, o Padrão Liberal Periférico¹⁴ aprofundou as características marcantes da formação econômico-social brasileira: a dependência externa tecnológica e financeira, com acentuada transferência de renda para fora do país; inserção passiva e subalterna na divisão internacional do trabalho; alta concentração de renda e desigualdade social; o rebaixamento do estatuto do trabalhador; e a apropriação do público pelo grande capital.

3. SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E JUVENTUDE

Como dito anteriormente a superexploração da força de trabalho é uma categoria central para a TMD¹⁵, uma vez que a condição de capitalismo dependente coloca a necessidade de que os capitalistas das economias dependentes lancem mão de uma maior exploração da força de trabalho – a superexploração da força de trabalho – tendo em vista a compensação do valor transferido e a necessidade de elevar a taxa de acumulação do capitalismo dependente. A categoria superexploração da força de trabalho é um dos aspectos mais lembrados no debate sobre o capitalismo dependente, e, segundo Marini (2011a), é um dos fundamentos da dependência, também a mais controversa. Um primeiro aspecto que precisamos tratar é da relação entre a superexploração da força de trabalho e a teoria marxista do valor. Esta última é entendida como a teoria de Marx sobre a sociedade capitalista, incluindo todas as suas leis tendenciais, e seus aspectos econômicos ou não (CARCANHOLO, 2011a). A lei do valor não é a-histórica ou supra-histórica, isto porque ela “[...] não está baseada numa análise das transações de troca enquanto tais em sua forma material, mas na análise das relações sociais de produção que se expressam nas transações” (RUBIN, 1987, p.77).

14 No Brasil, a partir dos anos 1980, passa a vigorar um novo Padrão de Reprodução de Capital (conjunto de atributos econômico-sociais que dá forma ao processo de acumulação do capital e as relações sociais resultantes em determinado período histórico) – o Padrão Liberal Periférico –, que é liberal, pois foi constituído a partir da abertura comercial e financeira, das privatizações da economia e a hegemonia do capital financeiro; é periférico, porque o neoliberalismo assume características específicas nas economias dependentes, tornando-o mais agressivo do que nas economias centrais (FILGUEIRAS, 2018).

15A categoria superexploração da força de trabalho não pode ser compreendida como uma categoria em Marx, em razão dos níveis de abstração que Marx e Marini estão analisando. Enquanto Marx está observando o desenvolvimento do capitalismo em geral, em um nível de abstração bem maior, Marini e os demais pesquisadores da TMD estão analisando em nível mais concreto da realidade, em um nível de abstração menor, o que implica afirmar que os pressupostos marxianos podem ser generalizados para as sociedades capitalistas em geral, ao passo que as análises da TMD têm por objetivo ler as economias dependentes, especialmente a América Latina, não se generalizando. Marini em suas últimas produções afirma que há a possibilidade de sua generalização para as economias de capitalismo central, mas partimos do entendimento de que tal generalização não se aplica, tendo em vista que não há nestas economias a unidade dialética transferência de valor/superexploração da força de trabalho como nas economias dependentes.

Assim como as demais categorias, a lei do valor em Marx, também contém uma dualidade contraditória, ela é simultaneamente assunção e negação do valor. Logo, no movimento do real, que é dialético, há diferentes momentos e determinações (unidade e continuidade; negação da negação)¹⁶, incluindo momentos em que a negação opera de forma menos radical e profunda. Neste sentido, a lei do valor é simultaneamente a assunção e a negação do valor. Ou seja, ela é simultaneamente o intercâmbio de equivalentes e sua negação; pagamento da força de trabalho próximo ao seu valor e o pagamento abaixo de seu valor; consumo da força de trabalho em torno de seu valor, quanto consumo acelerado da força de trabalho.

Cabe lembrar ainda que Marx, em determinado nível de abstração, ao supor que a força de trabalho seja vendida por seu valor, não está desconsiderando que ela não possa ser vendida, na realidade concreta (em outro nível de abstração), abaixo de seu valor, ou seja, a não correspondência entre preços e valores é parte do modo de produção capitalista. A superexploração da força de trabalho, assim, pode ser compreendida como a agudização da tendência negativa da lei do valor. Isto porque a força de trabalho “[...] na superexploração, além de estar submetida à exploração capitalista nas determinações mais gerais da lei do valor, está também submetida às determinações específicas desta, sob as quais é agudizada sua tendência negativamente determinada [...]” (LUCE, 2018, p. 155), resultando em desgaste prematura da força de trabalho e/ou o rebaixamento de seu valor. Partindo dessas considerações podemos afirmar que, em nosso entendimento, a superexploração da força de trabalho não é uma violação da lei do valor¹⁷, mas sim uma manifestação dialética da lei do valor.

Há um questionamento corrente: por que não é possível fazer o mesmo nas economias centrais, considerando que o interesse do capitalista é sempre ampliar a extração da mais-valia? Tal questionamento parte do pressuposto de que a superexploração da força de trabalho é o aumento no grau de exploração, podendo ser medida pela taxa de

16 Para Lukács (2013, p. 110) “[...] O *tertium datur* em relação a esses dois extremos só pode ser oferecido pelo método dialético. Somente por meio desse método se pode evidenciar que a gênese ontológica de uma nova espécie de ser já traz em si as suas categorias decisivas – e por isso seu nascimento significa um salto de desenvolvimento – mas, que essas categorias, de início, apenas estão presentes em si, e o desdobramento do em-si ao para-si deve ser sempre um longo, desigual e contraditório processo histórico. Essa superação [*Aufhebung*] do em-si através da sua transformação em um para-si contém as consistentes determinações do anular, conservar e elevar a um nível superior, que parecem excluir-se mutuamente no plano da lógica formal. Por isso, é necessário também, ao comparar as formas primitivas com as superiores do valor, ater-se a esse caráter complexo da superação [...]”.

17 A perspectiva de que há na superexploração da força de trabalho violação da lei do valor está presente em pesquisas de diversos pesquisadores contemporâneos da Teoria Marxista da Dependência, dentre eles ressaltamos o nome de Jaime Osorio, um dos grandes pensadores da TMD na atualidade.

mais-valia¹⁸, que de fato também é. Entretanto, é preciso recuperar aqui um dos elementos essenciais e estruturantes da dependência: ela é resultado do processo de desenvolvimento capitalista em sua fase imperialista, que tem origem na ampliação da mais-valia relativa nas economias centrais, em razão dos altos níveis de concentração e centralização dos monopólios, que aumentou a concorrência capitalista, o que significa dizer que mesmo que Marini tenha utilizado o termo superexploração, tanto como mecanismos de compensação à transferência de valor, quanto para expressar mecanismo de aumento de exploração, a proposta teórica de Marini para interpretar a especificidade das economias dependentes faz mais sentido se tomada como mecanismo de compensação para elevar a taxa de acumulação – uma necessidade do capitalismo dependente em função dos condicionantes estruturais (CARCANHOLO, 2013b), o que reforça a unidade dialética entre superexploração da força de trabalho e transferência de valor.

Em “Dialética da Dependência” (1973), Marini (2011) apresenta três mecanismos da superexploração da força de trabalho: a definição do valor da força de trabalho abaixo de seu valor; o aumento da intensidade do trabalho além dos limites normais; e a ampliação da jornada de trabalho além dos limites normais. O autor apresenta mais um mecanismo em “*Las Razones del neodesarollismo*” (1978) Marini (2008) – o hiato entre o pagamento da força de trabalho e o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho, como um desdobramento do primeiro mecanismo. Analisaremos abaixo os mecanismos da superexploração da força de trabalho e sua relação com a juventude da classe trabalhadora no Brasil, retomando o debate das categorias centrais em Marx e Marini, que por razões de espaço debatendo apenas um dos mecanismos apresentado abaixo.

Marini (2008), reconhecendo os elementos históricos-morais na constituição do valor da força de trabalho como apresentado por Marx (2014), afirma que as necessidades sociais são tão fundamentais quanto as estritamente físicas para a reprodução da força de trabalho, e que elas são extremamente importantes para compreender a superexploração mesmo em momentos em que o salário parece ter aumentado. Neste sentido, se o valor da força de

18 “[...] Dado o valor gerado = 180 libras em que se representa o trabalho operante durante o processo de produção, temos que deduzir o valor do capital variável = 90 libras, par obter a mais-valia = 90 libras. A quantia 90 libras = m expressa aqui a magnitude absoluta da mais-valia criada. Sua magnitude relativa, é evidentemente determinada pela relação entre a mais-valia e o capital variável, expressando-se pela forma m/v . No exemplo acima, ela é $90/90 = 100\%$. A esse aumento relativo do valor do capital variável a essa magnitude relativa da mais-valia, chamo taxa de mais-valia” (MARX, 2013, p. 252).

trabalho precisa considerar os elementos históricos-morais (qualificação profissional, acesso a bens e serviços, bens de consumo suntuários que passam à condição de bens-salário) para que seja pago por seu valor, e se os trabalhadores não podem ter acesso ao valor integral que cubra esses elementos histórico-morais, não há o pagamento efetivo de seu valor.

Assim, podemos afirmar que em determinadas conjunturas históricas, mesmo que os salários tendam a subir, considerando os elementos históricos-morais do valor da força de trabalho, o salário relativo tende a ser menor. Como aponta Luce (2018), se esses produtos e serviços tivessem se tornado bens de consumo necessário, pressionariam a redução do valor da força de trabalho, o que permitiria que o capital diminuísse o gasto de capital com a compra da força de trabalho por meio da mais-valia relativa¹⁹ e não mediante a superexploração. Mas, se o acesso a esses bens e serviços se dá apenas à custa da redução do fundo de consumo do trabalhador (reduzir a cesta de alimentos para adquirir esses bens ou serviços) ou de seu fundo de vida (trabalhar além da duração e intensidade normal da jornada), isso significa que tais valores de uso não integrarão o valor da força de trabalho, configurando, assim, em superexploração da força de trabalho. Um dos elementos histórico-morais que compõe o pagamento da força de trabalho é a qualificação profissional, que no caso da juventude é algo muito marcante, já que, normalmente, é nesse período da vida que os jovens iniciam a venda da força de trabalho ao mesmo tempo em que se qualificam para tal. Em se tratando dos jovens trabalhadores, nos últimos anos foi comum o ingresso no ensino superior por meio de financiamento estudantil seja por meio do FIES²⁰ ou do ProUni²¹.

Guimarães (2018) aponta que há uma certa associação entre a ampliação do crédito estudantil e a concentração do mercado da educação superior. Neste sentido, podemos dizer que há um favorecimento das instituições privadas de ensino, por um lado, e a ampliação do endividamento dos jovens e suas famílias por outro. O ProUni emerge para sanar problemas que surgiram no desenvolvimento do FIES, que fez crescer em mais de

19 Isto porque enquanto bens-salário (produtos necessários à reprodução da força de trabalho) eles forçariam o rebaixamento do valor da força de trabalho.

20 O FIES – Fundo de Financiamento Estudantil, foi criado através da Lei 10.260, de 12/06/2001 e tem por objetivo conceder financiamento estudantil para o ingresso em curso superior na rede privada (BRASIL, 2001).

21 O programa ProUni – Programa Universidade para Todos, foi criado em 2005 com objetivo de concessão de bolsas integrais ou parciais para graduação em instituições privadas de ensino superior, para estudantes que fizeram o ensino médio na rede pública, ou bolsistas da rede privada.

40% o número de ingressantes no ensino superior no período de 2003 a 2010. Do total de 5.449.120 matrículas, realizadas em 2010, 73.17% são no ensino superior privado.

Não há como negar que esses programas impulsionaram o ingresso no ensino superior²², especialmente de jovens com renda mais baixa, e que esse ingresso tem como resultado uma melhora na vida desses jovens e de suas famílias. Entretanto, o que se destaca aqui²³ é a via pela qual o número de ingressos se deu, que mesmo utilizando recurso público não o fez de modo a promover o ensino público como direito social, contribuindo para o aumento do financiamento estatal com instituições privadas, ao mesmo tempo em que aumenta o endividamento dos jovens trabalhadores e suas famílias. O valor gasto, com enorme sacrifício, com a qualificação profissional dos jovens – que deveria fazer parte da composição do valor da força de trabalho, materializando-se ou em salários que permitissem aos jovens ou aos seus familiares o pagamento dessa qualificação, ou na ampliação da rede pública de ensino, utilizando o fundo público em benefício da classe trabalhadora – é transformado em contratos de empréstimos, comprometendo ou o fundo de consumo do trabalhador (do jovem trabalhador ou de sua família), ou o fundo de vida, ou até mesmo ambos.

Para analisar o mecanismo de definição do valor da força de trabalho abaixo de seu valor²⁴ e sua relação com a juventude precisamos lembrar que a força de trabalho para Marx (2014) é uma mercadoria, como outra qualquer, mas é uma mercadoria especial. É especial por ser uma força criadora de valor, e é uma mercadoria como outra qualquer, pois pode ser comprada e vendida por uma quantidade de trabalho socialmente necessária. Assim, a força de trabalho é determinada pelo valor dos meios de existência necessários, ou seja, os custos de reprodução dos trabalhadores, enquanto classe, em que se devem incluir os custos para se substituir os trabalhadores. Neste sentido, considera-se o pagamento do valor da força de trabalho, os custos para a existência e reprodução não só do trabalhador

22 Entre 2003 e 2013 houve aumento de 50%, em torno de 2,4 milhões, de matrículas no ensino superior (GUIMARÃES, 2018).

23 Importante lembrar que essa estratégia de expansão, que é parte da contrarreforma do ensino-superior, transforma a formação profissional em um processo aligeirado e apartado do tripé ensino, pesquisa, extensão, despolitizando o direito social à educação, pois essa passa a ser mediada via mercado financeiro.

24 Marx, em determinado nível de abstração, ao supor que a força de trabalho seja vendida por seu valor, não está desconsiderando que ela não possa ser vendida, na realidade concreta (em outro nível de abstração), abaixo de seu valor, ou seja, a não correspondência entre preços e valores é parte do modo de produção capitalista, o que nos leva a afirmar que a superexploração da força de trabalho não é uma violação da lei do valor, mas sim, uma manifestação dialética da lei do valor na realidade concreta.

isoladamente, mas também enquanto classe.

Precisamos recuperar aqui a relação entre o exército industrial de reserva e a acumulação capitalista. Marx (2013, p. 71) afirma que a acumulação capitalista [...] sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se desse modo, excedente. Para ele, o acréscimo de capital variável significa o aumento de mais trabalho, mas não necessariamente o aumento de trabalhadores empregados. Isto porque o capitalista tem interesse em extrair uma determinada quantidade de trabalho de menor número de trabalhadores, desde que o custo salarial seja menor ou igual, evitando assim, o aumento do capital constante que é proporcional ao número de trabalhadores. Esse fator se torna decisivo quanto maior for a escala de reprodução.

Para que esse recurso seja utilizado, o capital precisa explorar mais, extensiva e intensivamente, o que pode acontecer por meio do aumento da intensificação do trabalho ou da jornada de trabalho, ou ainda através do barateamento do valor da força de trabalho pela substituição de trabalhadores qualificados por trabalhadores menos qualificados, ou da força de trabalho adulta pela força de trabalho de jovens e crianças. Assim, a exploração ampliada da parte empregada dos trabalhadores faz engrossar as fileiras do exército industrial de reserva, que, de acordo com Marx (2013), assume três formas principais: flutuante (trabalhadores dos centros industriais que ora estão empregados e ora desempregados. Aqui estão os jovens, cuja força de trabalho é utilizada como estratégia para baratear o valor da força de trabalho masculina e adulta), latente (trabalhadores do campo obrigados a migrarem para as regiões industriais) e estagnada (trabalhadores com ocupação totalmente irregulares), além da existência do pauperismo.

O exército industrial de reserva é uma estratégia para a reprodução e manutenção da classe enquanto classe desprovida dos meios de produção, logo, tem relação direta com a definição do valor da força de trabalho. Nesse sentido, é elemento essencial, para nos ajudar a compreender o pagamento do valor da força de trabalho abaixo de seu valor como mecanismo da superexploração, que, para Marini (2011, p. 148) pode ser descrito como o procedimento que reduz “[...] o consumo do operário mais além do seu limite normal, pelo

qual o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital, implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente”.

Esse fenômeno não seria uma novidade no capitalismo, por isso Marini (2014) esclarece que os trabalhadores das economias centrais estão submetidos a uma intensificação constante de sua exploração. Entretanto, o maior grau de exploração pode corresponder ou a uma diminuição real do trabalho necessário (o que pode ser alcançado sem que a remuneração caia abaixo de seu valor), ou pode corresponder à extensão do trabalho excedente às custas do tempo de trabalho necessário para produzir a força de trabalho. Considerando este último caso, “[...] a força de trabalho, está sendo remunerada a um preço inferior ao valor real, e o trabalhador não estará submetido apenas a um grau de exploração, mas será também objeto de uma superexploração. Ambos os casos são radicalmente diferentes entre si” (Marini, 2014, p. 173-174). De acordo com Marini (1984), há uma tendência nas economias centrais de que o valor da força de trabalho seja pago próximo ao seu valor, e o mesmo não pode ser dito com relação às economias dependentes.

Analisando a realidade dos jovens trabalhadores brasileiros identificamos que, em relação aos demais trabalhadores, esse segmento populacional é o que possui os menores salários. De acordo com o DIEESE (2017), sobre o rendimento médio real por faixa etária, sexo e cor/raça comparando o quarto trimestre de 2016, os rendimentos mais elevados são dos homens não negros com 60 anos ou mais (R\$ 3.600,00) e os rendimentos mais baixos entre as jovens negras de 14 a 17 anos (R\$ 472,00). Analisando a diferença de rendimentos, nessa pesquisa, o jovem tem os menores rendimentos comparando com qualquer outro segmento populacional, variando entre 17% a 60% a depender do gênero e etnia, sendo as jovens negras as mais afetadas.

Os baixos salários dos jovens trabalhadores salientam a importância do uso da força de trabalho juvenil para o pagamento do valor da força de trabalho abaixo de seu valor, mas não se limita a isso. Outro aspecto importante é que os jovens detêm as maiores taxas de desemprego. De acordo com dados do IBGE de 2017, os jovens de 14 a 29 anos têm uma taxa crescente de desocupação nos últimos anos e, no ano da pesquisa, alcançou uma

marca de 22,6%. De acordo com os dados, esse é o segmento populacional com as maiores taxas de desocupação em relação aos demais grupos etários, e, se comparado ao grupo etário por sexo identificamos que mais uma vez as jovens mulheres são as mais afetadas, com 26,3% da taxa de desocupação.

Há outras mediações que podem ser feitas entre juventude e esse mecanismo da superexploração da força de trabalho (que não poderemos apresentar nesse artigo), mas para finalizarmos essa análise precisamos abordar outro aspecto, que trata de uma forma mais direta da apropriação do fundo de consumo do jovem trabalhador, por meio da apropriação das políticas sociais²⁵ voltadas para esse segmento, e analisando-as no capitalismo dependente na atualidade, identificamos que o capital se espraia sobre elas²⁶, apropriando-se direta ou indiretamente desse fundo de consumo do trabalhador. As políticas voltadas para a juventude, que emergem a partir dos anos de 1990, têm como característica principal se enquadrarem tanto no rol das políticas de transferência de renda, quanto nas de políticas de geração de emprego e renda. Desse modo, por um lado, esses programas entram como substituto da ausência de rendimentos, ou de baixos rendimentos. Mas, por outro lado, tais programas envolvem o processo de inserção da força de trabalho (empregada, desempregada ou em formação) no mundo das finanças, pois são viabilizadas por meio de instrumentos creditícios e financeiros operadas por grandes instituições bancário-financeiras.

As múltiplas formas de monetarização da política social, via “bolsas”, substituem gradualmente as políticas sociais universais, expressando, ao mesmo tempo, oportunidades de acumulação para os capitais bancários-financeiros, uma vez que volumes extraordinários de recursos são drenados para instituições bancário-financeiras para que sejam feitos míseros repasses para os beneficiados dessas políticas (GRANEMANN, 2007), mediante o cumprimento de determinadas condições, que no caso dos programas de juventude incluem ações de trabalho voluntário e de formação com a perspectiva do empreendedorismo e de socioeducação. Esses programas cumprem um duplo papel: como parte das políticas de distribuição de renda, contribuem no processo de financeirização do capital, pois

25 Importante esclarecer que entendemos política social como parte do fundo de consumo do trabalhador e um dos elementos do fundo público que é composto com a riqueza socialmente produzida pelos trabalhadores. Logo, a apropriação delas, em suas diversas possibilidades, é apropriação do fundo de consumo do trabalhador.

26 Para aprofundar o debate consultar Granemann (2007) e Behring (2009).

possibilitam assistencialismo minimalista e monetarizado para os jovens pobres, permitindo ao capital bancário acesso e manipulação de grandes somas de recursos que resultarão em juros a serem apropriados pelo capital; e como política de geração de emprego e renda contribui no processo de formação/conformação da força de trabalho, seja através das qualificações técnicas e políticas para o acesso ao emprego, seja reforçando o ideário do empreendedorismo. Importante ressaltar que as ações do Estado para os jovens são distintas: para os jovens que estarão, ou que permanecerão mais tempo, como superpopulação relativa flutuante, destinam-se as políticas sociais voltadas para a formação da força de trabalho atendendo ao discurso da empregabilidade e da formação de “capital humano”. Já para os jovens que permanecerão na superpopulação estagnada o processo é diferente, e consiste em disponibilizar algumas políticas sociais ainda mais focalizadas do que as demais, mas, sobretudo, a estratégia do encarceramento, fato que pode ser facilmente verificado observando o número de jovens encarcerados²⁷, principalmente os jovens homens, negros e das periferias.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As aproximações feitas nesse estudo nos permitem afirmar que há superexploração da força de trabalho da juventude da classe trabalhadora na atualidade. Mesmo que ela não fique tão evidente em todos os mecanismos apresentados por Marini, fica transparente no que se refere ao pagamento do valor da força de trabalho abaixo de seu valor, resultando em pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor para a classe trabalhadora em geral, e mais acentuadamente para os jovens trabalhadores, especialmente para as jovens negras.

Outro mecanismo em que a superexploração da força de trabalho da juventude se evidencia é o hiato entre o pagamento da força de trabalho e o elemento histórico-moral do

27 Dados do INFOPEN de 2017 apontam que a população carcerária é composta em sua maioria por jovens negros, considerando as pessoas entre 18 a 29 anos, e mais de 50% da população carcerária é composta por jovens. Disponível: <http://www.politize.com.br/populacao-carceraria-brasileira-perfil/>. Acesso em: 06/11/2017.

valor da força de trabalho, que, no aspecto analisado nesse estudo (a qualificação profissional), explicita a relação direta não só com os interesses das instituições financeiras, mas também com a reprodução dos objetivos dos organismos internacionais, e nesse sentido, com a reprodução da dependência, resultando em endividamento dos jovens trabalhadores e de suas famílias, uma formação profissional aligeirada e que tende a mediar a educação não pela via do direito social, mas pela via do mercado financeiro e contribui para rebaixar o pagamento do valor da força de trabalho por comprometer o fundo de vida e de consumo do trabalhador.

Nesses dois casos a superexploração da força de trabalho juvenil (que é consequência para os jovens) é mola propulsora para o pagamento do valor da força de trabalho abaixo de seu valor para os demais trabalhadores, uma vez que esse enorme contingente de força de trabalho disponível para ser explorada por um valor bem abaixo do que seria seu valor, pressiona para baixo também o valor da força de trabalho dos demais trabalhadores. Neste sentido, os jovens latino-americanos trabalhadores desempenham um papel fundamental na relação dialética desenvolvimento/subdesenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. Acumulação Capitalista, fundo público e Política Social. In: **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas**. BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célias Tamasso (Orgs.). 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009

CARCANHOLO, Reinaldo; SABADINI, Maurício de S. Capital Fictício e Lucros Fictícios. In: GOMES, Helder. **Especulação e lucros Fictícios: Formas Parasitárias da acumulação contemporânea**. São Paulo: Outras expressões, 2015, p. 125-159.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital: essência e aparência**. Vol. 01. São Paulo: Expressão Popular, 2011a.

CARCANHOLO, Marcelo. **Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx**. Madrid. Maia Ediciones, 2017.

_____. Conteúdo e forma da crise do atual do capitalismo: lógica,

contradições e possibilidades. In: ____ **Crítica e Sociedade**: Revista de Cultura Política, v 01, nº 03. Ed. Especial – Dossiê: A crise atual do capitalismo. Dez. 2011.

DIEESE. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2016**. Livro 6, São Paulo, 2017. Remuneração. Disponível em: https://www.dieese.org.br/anuario/2017/Livro6_Remuneracao.pdf. Acesso em 23/04/2019

FILGUEIRAS, Luiz. Padrão de Reprodução do Capital e Capitalismo dependente no Brasil atual. In: __ **Caderno CHR**, Dossiê: A teoria Marxista da Dependência e os desafios do século XXI. Salvador, v. 31, n. 84, p. 519-534, Set./Dez. 2018.

GRANEMANN, Sara. Políticas Sociais e Financeirização dos direitos do trabalho. In: ____ **Revista Em Pauta**, número 20, p. 57-68, 2007.

GUIMARÃES, Rodrigo Gameiro. **As transformações do mercado do Ensino Superior e Endividamento Estudantil no Brasil**: Uma produção do Estado neoliberal. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Administração. UFRGS, 2018.

HERRERA, Rémy. O capital fictício no centro da crise. In: GOMES, Helder. **Especulação e lucros Fictícios**: Formas Parasitárias da acumulação contemporânea. São Paulo: Outras expressões, 2015, p. 7-12.

IBGE. PNAD – **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Rio de Janeiro, IBGE, 2016. Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acessado no dia 21/09/2017.

LUCE, Matias Saibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil. In: ____ **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. nº 32, São Paulo. jun 2012, p. 119-141.

LUKACS, George. Historicidade e universalidade teórica. In: **Para uma ontologia do Ser Social I**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 339-422.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. 2.ed. São Paulo: Expressão popular, 2011, p. 131-172.

_____. **La acumulación capitalista dependiente y la superexploración del trabajo**. Cuadernos de CELA, Panamá, n. 02, 1984. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/043_acumulacion_superexplotacion.html.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política: livro I. Vol.2. Reginaldo Sant'Ana (Trad.). 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

OSÓRIO, Jaime. Sobre superexploração e capitalismo dependente. In: __ **Caderno CHR**, Dossiê: A teoria Marxista da Dependência e os desafios do século XXI. Salvador, v. 31, n. 84, p. 483-500, Set/Dez, 2018.